

# Contribuição para o estudo da mercantilização do sector agrícola\*\*

## INTRODUÇÃO

Pretende-se com este texto, inserido na primeira fase de um estudo sobre o complexo agro-alimentar industrial em Portugal, avançar elementos quantitativos sobre o tipo de inserção da agricultura na formação social portuguesa.

Para esse efeito propomo-nos analisar as relações intersectoriais agricultura/resto da economia, análise que, evidentemente, não esgota a questão enunciada. De facto, «nos países que, nos nossos dias, atravessam o processo de industrialização existem três tipos de dados que permitem avaliar do lugar ocupado pela agricultura. São os que dizem respeito à função deste sector no domínio do emprego, na troca de bens e serviços entre os diferentes sectores e, finalmente, na acumulação, ou, mais exactamente, na formação e na repartição do excedente económico destinado ao desenvolvimento geral do país»<sup>1</sup>.

Apesar da indiscutível importância do lugar e do papel da agricultura quanto ao problema do emprego e ao da acumulação de capital, parece-nos que, ao analisar a questão do lugar ocupado pela agricultura na troca de bens e serviços entre os diferentes sectores ou, se quisermos, da mercantilização do sector agrícola, contribuímos, de forma expressiva, para a determinação do tipo de inserção da agricultura na formação social portuguesa. Conhecer as implicações mercantis é problema fundamental para conhecer os diferentes tipos de agricultura.

Ao abordar esta questão enquanto um dos indicadores para discutir o problema do desenvolvimento geral económico do País e, simultaneamente, como grupo de indicadores da evolução da própria agricultura, procuramos contemplar o problema da mercantilização do sector agrícola sob uma óptica não exclusivamente económica; isto é, tentando ter presente as questões que se prendem com a inserção/subordinação da agricultura numa dupla perspectiva: 1) do dominante para o dominado e 2) do dominado para o do-

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

\*\* Este estudo insere-se num projecto de investigação sobre «Estruturas Agrárias, Sociedade Rural e Desenvolvimento», que vem sendo conduzido no Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, sob a direcção científica do Dr. Afonso de Barros.

A versão que agora se apresenta contou ainda, no que respeita à selecção dos indicadores utilizados, com o apoio de Francisco Cabral Cordovil.

<sup>1</sup> Jerzy Tepicht, «L'agriculture paysanne et le développement de l'économie polonaise», in *Études Rurales*, n.ºs 25-26, Janeiro-Junho de 1967, p. 41.

minante. Mais exactamente, pretendemos sair da mera análise quantitativa e económica para uma análise que nos permita perceber o significado de cada um dos aspectos relacionados com a inserção da agricultura com o mercado a montante e a jusante, bem como da articulação ou desfazamento entre ambas.

De facto, embora se trate de um problema de análise económica, a inserção mercantil da agricultura encerra em si uma multiplicidade de dimensões económicas e sociais só possíveis de destacar mediante uma análise que passe, necessariamente, por uma apreensão dos mecanismos de «reacção» da própria agricultura; mecanismos esses que mais não são do que o resultado de lógicas económicas próprias e de características peculiares do meio social em que a agricultura se desenvolve.

Tratar de analisar o lugar e funções da agricultura e, mais genericamente, do espaço social rural implica ter presente aquilo que Ferreira de Almeida designa por funções internas e funções externas do espaço rural<sup>2</sup>. É a análise das funções externas do espaço rural, que, de certa maneira, estruturam as formas por que se concretizam as suas funções internas, que nos informará sobre as modalidades de inserção da agricultura na sociedade englobante. Limitar-nos-emos a examinar a função de fornecimento de bens alimentares e de matérias-primas, bem como o processo de acumulação do capital a montante e a jusante, através da análise da mercantilização do sector<sup>3</sup>. No que respeita à inserção no mercado a montante, vimo-nos impossibilitados de contemplar as compras de bens de capital<sup>4</sup>; trabalhamos apenas com as aquisições de bens intermédios. Todavia, a exclusão dos bens de capital não vem pôr decisivamente em causa os resultados obtidos. De facto, em 1970, o investimento no sector representava apenas 6,4% do investimento total da economia. A análise contemplará igualmente o lugar da agricultura no comércio externo, não só porque podemos considerar o posicionamento da agricultura no comércio externo como um prolongamento da sua função nas trocas intersectoriais no interior do País, mas também por, justamente, só a consideração desta questão permitir apreender as formas específicas que assumirá o relacionamento, dentro do País, agricultura/resto da economia. A questão da agro-indústria, cujo estudo constitui elemento-base para avaliar do estágio da mercantilização do sector agrícola, foi igualmente abordada.

Resta-nos apontar o tipo de material estatístico utilizado. Utilizaremos o *Sistema de Matrizes* da economia portuguesa para 1970 como fonte de informação privilegiada, já que, como veremos na altura própria, a metodologia *input-output* constitui elemento de valioso contributo para o estudo deste tipo de questão. Atendendo ao tipo de material estatístico disponível, a análise terá de ser feita em termos do conjunto da agricultura e para o conjunto do País, ficando por especificar as variações existentes segundo os produtos, regiões e sectores de agricultura.

Dadas as características da agricultura portuguesa, fortemente heterogénea, quer numa perspectiva sectorial, quer do ângulo regional, o método a que se é forçado a recorrer introduz importantes limitações. Na verdade, a

<sup>2</sup> João Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, n.º 52.

<sup>3</sup> Refira-se, no entanto, que o preenchimento da função alimentar não é necessariamente acompanhado de criação de mercado para as indústrias a montante e a jusante.

<sup>4</sup> Visto que não dispomos de dados referentes às amortizações de capital, isto é, o quantitativo de bens de capital consumido no ano em causa: 1970.

par de uma agricultura capitalista de elevada dimensão, fortemente mercantilizada, verifica-se a existência de uma agricultura familiar, também ela heterogénea, na qual se podem recortar três tipos básicos: uma agricultura complementar (correspondendo a uma situação de pluriactividade e/ou plurirrendimento); uma agricultura residual (correspondendo a uma situação de pensões e reformas), e uma agricultura mercantil, com formas e ênfase diferenciadas no que respeita à inserção no mercado. De salientar, portanto, que a homogeneidade sugerida pelo método utilizado está longe de ser real no caso português.

## 1. O CONTRIBUTO DA ANÁLISE *INPUT-OUTPUT* — VIRTUALIDADES E LIMITES

As matrizes de relações interindustriais são «um método de análise que tira partido do modelo relativamente estável do fluxo de bens e serviços entre os elementos da economia para obter uma imagem estatística muito mais pormenorizada do sistema»<sup>5</sup>. Apresentam-se como quadros de dupla entrada, onde as linhas mostram como o *output* de cada sector da economia é distribuído pelos outros sectores e as colunas indicam como cada sector obtém dos outros os *inputs* de bens e serviços necessários. Como cada número em cada linha é também um número numa coluna, o *output* de cada sector é visto como um *input* de outro sector.

As principais aplicações concretas da análise *input-output* são o estudo de estruturas económicas<sup>6</sup> e a previsão e a planificação<sup>7</sup>. A metodologia *input-output*, não esgotando, todavia, a questão que nos propomos tratar<sup>8</sup>, surge-nos então como particularmente apta para uma sua melhor delimitação.

A principal virtualidade desta metodologia é permitir inter-relacionar o sector agrícola — bem como os seus subsectores agricultura, silvicultura e pecuária — com os restantes ramos, possibilitando, assim, uma análise mais integrada da sua inserção na economia nacional. Permite, em última análise, definir aquilo que Malassis<sup>9</sup> designa por campo de *affaires agricoles* e que está na origem dos primeiros desenvolvimentos da chamada economia agro-alimentar. A economia agro-alimentar aparece como uma disciplina distinta da economia rural «clássica», a qual se interessa, fundamentalmente, pelos aspectos produtivos e geográficos da agricultura; a economia agro-alimentar é, por seu turno, o resultado da evolução e do papel crescente das indústrias agrícolas e alimentares (IAA) na satisfação das necessidades alimentares.

Passemos agora em revista os principais limites dos quadros *input-output*. Um dos limites mais óbvios, no caso do sistema de matrizes para Portu-

<sup>5</sup> W. Leontief, *Input-Output Economics*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1966, p. 14.

<sup>6</sup> No qual nos situaremos ao longo do trabalho.

<sup>7</sup> No que se refere à utilização do modelo de Leontief no âmbito da previsão e da planificação, um dos limites mais óbvios consiste no carácter estático do modelo, que se traduz na constância dos coeficientes técnicos. Registe-se, contudo, que os aperfeiçoamentos introduzidos no método *input-output* vão ao ponto de se poder analisar na matriz a influência do factor tempo na obsolescência dos equipamentos, nas variações das relações técnicas entre os diferentes sectores, etc.

<sup>8</sup> Necessário seria recorrer a outras fontes estatísticas.

<sup>9</sup> L. Malassis, «L'Agro-industrie: méthodes et concepts», in *Cahiers de L'I.S.E.A.*, n.ºs 11-12, Novembro-Dezembro, 1973, p. 2023.

gal, reside na inexistência de tais quadros por regiões e sectores económicos. De facto, apenas se ensaiaram matrizes para o continente contemplando todos os ramos — 60 no caso do *Sistema de Matrizes* para 1970 — através dos quais se traduziu a economia. Não há, portanto, uma matriz para a agricultura, que se revelaria de importância crucial para a análise que nos propomos fazer. Tal reflecte-se, imediatamente, no sistema de agregações que foi possível levar a cabo e que, no caso da análise da mercantilização do sector e, por maioria de razão, na tentativa de delimitar o complexo agro-industrial português, se revela manifestamente insatisfatório.

Os ramos foram definidos «por grupos de produtos correspondentes a bens produzidos ou serviços prestados, característicos de uma determinada actividade económica, de modo que cada grupo de produtos está incluído num e num só ramo da matriz»<sup>10</sup>. Uma maior desagregação por produtos permitir-nos-ia chegar a uma análise mais aproximada da mercantilização do sector, nomeadamente ao tipo ou tipos de produtos mais utilizados como *inputs* intermédios, no referente à mercantilização a montante<sup>11</sup>; e uma maior aproximação na definição das indústrias agrícolas e alimentares, principais clientes do sector, no referente à mercantilização a jusante.

Resta-nos chamar a atenção para aquilo que, na terminologia *input-output*, se designa por procura final. Os produtos destinados à procura final não coincidem aqui com uma definição em termos de utilização final. Assim, os bens destinados à exportação contemplam, em termos da sua utilização, quer bens finais quer bens intermédios.

Vamos trabalhar exclusivamente com o primeiro e terceiro quadrantes das matrizes. No primeiro quadrante registam-se os fluxos intersectoriais em termos de compras-vendas de *inputs* intermédios para cada um dos ramos; o terceiro quadrante dá-nos a repartição do produto de cada um dos ramos destinado à satisfação da procura final, em termos dos agregados consumo (privado e público), formação bruta de capital fixo (FBCF), variação de *stocks*, exportações e produtos em vias de fabrico (PVF). Utilizaremos na análise que se segue a matriz das relações interindustriais, a matriz da produção nacional e a matriz das importações. Todos os fluxos estão registados, como não podia deixar de ser, em termos de preços. O sistema de preços utilizado foi o de preços ao produtor.

## 2. A MERCANTILIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA. ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERSECTORIAIS

### 2.1 INTRODUÇÃO

A análise da função do sector agrícola na troca de bens e serviços entre os diferentes sectores é um dos indicadores que permitem avaliar o lugar ocupado pela agricultura. Necessário se torna, porém, precisar esta questão numa dupla perspectiva. Por um lado, apontar o tipo de posicionamento do sector agrícola enquanto comprador e enquanto vendedor, o que remete para uma análise eminentemente quantitativa e económica que nos elucidada,

<sup>10</sup> *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, vol. v, 1970, GEBEI, 14.

<sup>11</sup> O ramo 29. Produtos químicos de base, por exemplo, engloba, sob esta designação, uma vasta gama de produtos, de que apenas os sub-ramos adubos, fungicidas e pesticidas produzem exclusivamente para o sector.

paralelamente, sobre o próprio desenvolvimento geral económico do País. Por outro lado, tomar a análise da mercantilização do sector como indicador da evolução da própria agricultura <sup>12</sup>.

No que respeita a esta última, parece-nos importante salientar algumas questões, ainda que estejamos impossibilitados de as contemplar no desenvolvimento que se segue, capazes de fornecer um quadro de análise que nos permita apreender o significado não meramente económico de cada um dos aspectos relacionados com a inserção do sector no mercado.

Tendo presente a especificidade do sector agrícola enquanto sector económico, a primeira questão que se nos coloca tem que ver com o facto de o agricultor não produzir exclusivamente para o mercado; mais, produz uma categoria muito específica de produtos: produtos alimentares. A capacidade de autoconsumo — quer autoconsumo propriamente dito, quer autoconsumo produtivo (ou auto-aprovisionamento) — por parte do sector permite explicar que a inserção a montante e a inserção a jusante possam ser, e sejam, relativamente independentes entre si <sup>13</sup>. Todavia, sob certas condições, o agricultor «deixa de ter a alternativa de, consoante a conjuntura [...], incrementar a produção destinada ao e colocada no mercado ou, pelo contrário, acrescer a retida para o consumo da família. [...] Com frequência, o momento em que a opção deixa de ser possível é determinado pelo nível de implicação mercantil a montante» <sup>14</sup>. Para além desta situação-limite, fortemente correlacionada com uma agricultura especializada <sup>15</sup>, toda uma variada gama de situações subsiste onde a análise da mercantilização a jusante e, sobretudo, da articulação/desfazamento com a inserção no mercado a montante só é eficaz se procurar traduzir a especificidade económica da agricultura e, nomeadamente, da agricultura familiar no seu relacionamento com o mercado.

Em termos práticos, um dos indicadores a reter será analisar a questão tomando produção a produção. É necessário, então, passar a uma grelha de análise mais fina e detectar as produções que se destinam à comercialização, e por esta via esclarecer também a própria inserção a montante <sup>16</sup>. Isto aponta para uma maior ou menor dependência, e sob que modalidades, do mercado a montante, consoante o tipo de produção(ões) comercializada(s). Numa agricultura de policultura pode suceder que o agricultor oriente para o mercado certo tipo de produções <sup>17</sup> apenas para poder realizar os recursos monetários necessários a um reforço da inserção a montante destinado a outra(s) produção(ões).

Outra questão com implicações decisivas na mercantilização do sector, e que nos parece ser particularmente importante ter presente no caso português, é a emigração. A emigração ou, mais genericamente, a pluriactividade e/ou o plurirrendimento, permitindo o acesso a recursos monetários que se

---

<sup>12</sup> A análise da mercantilização do sector constitui um dos critérios básicos na definição dos tipos de agricultura.

<sup>13</sup> O plurirrendimento e a pequena dimensão da exploração agrícola não fazem mais do que reforçar esta questão.

<sup>14</sup> Afonso de Barros, «Modalidades de pequena agricultura», I Colóquio de Estudos Rurais — A Pequena Agricultura em Portugal, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 7/8, de Dezembro de 1981, p. 128.

<sup>15</sup> Que pode assumir quer formas especificamente capitalistas, quer formas não capitalistas.

<sup>16</sup> O número de explorações agrícolas que comercializam mais de metade do produto (cf. *Inquérito às Explorações Agrícolas*) não constitui, de facto, base para avaliar da mercantilização do sector.

<sup>17</sup> É, nomeadamente, o caso daquelas produções que vêm o seu preço tabelado. Sabe-se que a questão dos preços é uma das coordenadas fundamentais de qualquer política agrícola.

obtêm quer no mercado de trabalho, quer por via de pensões, reformas ou juros de depósitos<sup>18</sup>, podem possibilitar um fechamento no autoconsumo, ainda que, em muitos casos, se assista a um recurso, eventualmente acrescido, ao mercado a montante. Sem negar a existência de, certamente, toda uma variedade de situações, se o impacte da pluriactividade e/ou plurirrendimento e da emigração não incide, fundamentalmente, numa menor implicação mercantil a jusante, pode explicar o eventual desfazamento entre a inserção no mercado a montante e o mercado a jusante. Parece-nos ser de destacar da pluriactividade e/ou plurirrendimento a emigração, já que tendencialmente será em maior número de casos uma estratégia para assegurar a viabilidade/reprodução da exploração agrícola, com a consequente mercantilização da mesma, implicando uma maior articulação da inserção a jusante com a inserção a montante. A pluriactividade, pelo contrário, tende a revelar-se uma estratégia de abandono da agricultura.

É, sobretudo, colocando a este nível a questão da mercantilização do sector agrícola que podemos detectar, contemplando efectivamente a questão da especificidade do sector, a lógica própria do funcionamento económico de vastos sectores da agricultura, nomeadamente a agricultura familiar<sup>19</sup>, projectando-a numa reformulação da própria questão da mercantilização.

Resta-nos referir que «a evolução da função da agricultura nas trocas intersectoriais [...] explica-se, sobretudo, pela parte relativa que ela ocupa no emprego»<sup>20</sup>. De facto, a disponibilidade de força de trabalho, sob certas condições, permite justamente que as relações entre os factores de produção acabem por minimizar as substituições de tipo factor terra por factor capital e factor trabalho por factor capital, privilegiando a substituição mútua entre os factores terra e trabalho, com o consequente modelo de inserção assimétrica no mercado a jusante e a montante. Em 1970, a população activa agrícola com profissão agrícola representava 30,0% do total da população activa com profissão. Se passarmos do efectivo de pessoas profissionalmente activas para o número de famílias, esta questão aparece com um peso substancialmente acrescido. Para o mesmo ano — 1970 —, as famílias com função produtiva agrícola representavam 41,1% do total das famílias<sup>21</sup>.

## 2.2 RELAÇÕES DO SECTOR AGRÍCOLA COM O MERCADO A MONTANTE. A AGRICULTURA COMO MERCADO COMPRADOR DE PRODUTOS INTERMÉDIOS

Analisar-se-á, por um lado, a importância, relativamente ao total da economia, do sector agrícola enquanto mercado comprador de produtos intermédios e, por outro, a composição dos consumos intermédios utilizados pelo sector.

<sup>18</sup> No caso das pequenas explorações patronais, esses recursos monetários podem provir de lucros realizados noutros sectores.

<sup>19</sup> Uma agricultura mercantil não é forçosamente uma agricultura capitalista.

<sup>20</sup> Jerzy Tepicht, «L'agriculture paysanne et le développement de l'économie polonaise», in *Études Rurales*, n.ºs 25-26, Janeiro-Junho de 1967, p. 51.

<sup>21</sup> Entende-se por família com função produtiva agrícola aquela em que, pelo menos, um dos seus membros exerce trabalho produtivo na agricultura, em regime remunerado ou não remunerado (F. Cabral Cordovil, *Estruturas Agrárias em Portugal*, Lisboa, INSCOOP, 1979).

### 2.2.1 Peso relativo na economia portuguesa

O quadro n.º 1 dá-nos uma ideia, para cada ramo do sector agrícola, do peso dos consumos intermédios totais, nacionais e importados no consumo intermédio total, nacional e importado da economia. O peso do sector agrícola (ramos 01. + 02. + 03.) no consumo intermédio total é apenas de 9%, o que aponta, ainda que de maneira relativamente imprecisa, para uma fraca inserção no mercado a montante.

#### Importância do sector agrícola como mercado comprador de produtos intermédios (1970) (percentagens relativamente aos totais da economia)

[QUADRO N.º 1]

Origem dos produtos intermédios	01. Agricultura	02. Silvicultura	03. Pecuária	Total
Nacional.....	6,63	0,14	3,64	10,41
Importado .....	1,95	0,04	1,65	3,64
Total .....	5,65	0,12	3,22	8,99

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, vol. V, Sistemas de Matrizes (60 x 60) — 1970, GEBEI.

Tomando os três subsectores: agricultura (01.), silvicultura (02.) e pecuária (03.), é a agricultura que, quer em consumos intermédios totais, quer de origem nacional, quer de origem importada, apresenta maior peso: 5,7%, 6,6% e 2,0%, respectivamente; segue-se-lhe o subsector da pecuária; a silvicultura tem expressão reduzida.

#### Percentagem directa ou indirectamente importada nos consumos intermédios do sector agrícola

[QUADRO N.º 2]

	01. Agricultura			02. Silvicultura			03. Pecuária			Total		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Valor directo importado	78,5	7,2	53,6	64,1	6,6	1,0	43,2	10,7	45,3	57,2	8,5	100
Valor indirecto importado	21,5	2,0	19,7	35,9	3,7	0,8	56,8	14,1	79,6	42,8	6,4	100
Total do valor importado	100,0	9,2	39,1	100,0	10,2	0,9	100,0	24,8	60,0	100,0	14,8	100
Total dos consumos intermédios	—	100,0	62,8	—	100,0	1,3	—	100,0	35,9	—	100,0	100

(1) Percentagem em relação ao total do valor importado.

(2) Percentagem em relação ao total dos consumos intermédios.

(3) Percentagem em relação ao total (01. + 02. + 03.).

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

A estrutura do consumo intermédio em termos de produtos intermédios nacionais e importados parece apontar para que a agricultura portuguesa assente predominantemente no mercado interno (apenas 8,5% do total do consumo intermédio do sector agrícola seria de proveniência estrangeira).

Porém, se acrescentarmos à análise das importações directas a componente que designaremos por importações indirectas, veremos que a conclusão anterior vem substancialmente alterada. Tomámos como componente indirecta de importação o total dos efeitos de importação de *inputs* intermédios dos ramos nacionais importadores líquidos, fornecedores de produtos intermédios à agricultura, imputáveis ao sector <sup>22</sup>.

O quadro n.º 2 permite-nos então avaliar do total do valor importado em consumos intermédios, bem como do peso nesse valor da componente directa e da componente indirecta de importação. Verifica-se que a consideração desta componente no valor importado total vem alterar significativamente as conclusões, quando apenas se toma o valor directo importado, sobretudo, no subsector pecuário.

Atente-se nos valores apresentados no quadro: na pecuária, o peso da componente importação indirecta no total do valor importado é de 56,8%, passando a importação a representar 24,8% dos consumos intermédios totais, isto é, mais do dobro se apenas entrarmos com as importações directas. A pecuária é responsável por 79,6% da componente indirecta de importação do sector.

### 2.2.2 Importância e composição do consumo intermédio do sector agrícola, por ramos de origem

Passemos à análise da importância relativa dos consumos intermédios na agricultura portuguesa. Um primeiro indicador dá-nos o grau de transformação/intensidade de utilização de produtos intermédios (quadro n.º 3); isto é, o peso dos consumos intermédios na produção total do sector e subsectores.

**Coefficientes directos de produção.  
Grau de transformação/intensidade de utilização  
de produtos intermédios**

[QUADRO N.º 3]

Ramos	CI/VBP
01. Agricultura .....	0,35
02. Silvicultura .....	0,05
03. Pecuária .....	0,40
01. + 02. + 03. ....	0,34

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

Cabe ao subsector pecuário maior recurso a consumos intermédios por unidade de valor bruto de produção (VBP), 0,40, logo seguido do subsector agricultura, 0,35. O subsector silvicultura, como seria de esperar, apresenta

<sup>22</sup> Calculámos para cada ramo fornecedor (com excepção de 01., 02. e 03.) de produtos intermédios para a agricultura os efeitos de importação de *inputs* desse ramo imputáveis à agricultura. Isto é:

$$\sum_{\text{Para todos os ramos fornecedores da agricultura}} \text{Aquisição pela agricultura de produtos intermédios do ramo} \times \frac{\text{Inputs importados do ramo} - \text{exportações do ramo}}{\text{VBP do ramo}}$$



valor mínimo sob este indicador. Para o sector agrícola, no seu conjunto, a intensidade de utilização de produtos intermédios corresponde a 34% do VBP.

Porém, dadas as já referidas características específicas da agricultura enquanto sector produtivo<sup>23</sup>, a consideração do auto-aprovisionamento (ou autoconsumo produtivo) não só é imprescindível para corrigir, digamos assim, os valores atrás calculados, como permite, simultaneamente, fornecer um indicador da evolução da própria agricultura.

Não sendo possível distinguir a parte de *inputs* intermédios de origem agrícola provenientes da compra no mercado da parte autoconsumida, construímos o quadro n.º 4, que nos dá a percentagem de *inputs* nacionais de origem agrícola no total de *inputs* nacionais do sector e subsectores. Trata-se de medir a intensidade das trocas da agricultura com ela própria. Na agricultura portuguesa, essa intensidade é de 0,35, isto é, mais de um terço dos produtos intermédios consumidos não passam por qualquer transformação industrial<sup>24</sup>.

**Percentagem de «inputs» nacionais de origem agrícola no total de «inputs» nacionais do sector e subsectores**

[QUADRO N.º 4]

Ramos	Percentagem de <i>inputs</i> agrícolas
01. Agricultura .....	43,3
02. Silvicultura .....	7,0
03. Pecuária .....	21,3
01. + 02. + 03. ....	35,0

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

À pecuária, como vimos, correspondia maior recurso a consumos intermédios por unidade de VBP; acresce que, não contando com a silvicultura, que deste ponto de vista tem importância reduzida, a percentagem de consumos intermédios nacionais de origem agrícola no total é cerca de metade da que corresponde ao subsector agricultura. Sabendo que a importância relativa dos consumos intermédios exprime, *grosso modo*, a participação dos outros ramos na produção do ramo em causa e a percentagem de valor acrescentado bruto (VAB) a participação do ramo na elaboração dos seus próprios produtos, podemos concluir que, no interior do sector agrícola, é o subsector pecuário aquele no qual a participação dos outros ramos é relativamente maior.

Por outro lado, do quadro n.º 4 é lícito tirar outra ilação que nos parece não menos importante. Se bem que não estejamos perante um indicador de «intensidade interna» do conjunto das explorações agrícolas<sup>25</sup>, na medida

<sup>23</sup> Um agricultor não produz exclusivamente para o mercado, o que introduz um aspecto diferenciado relativamente a outros sectores económicos. Trata-se do problema da criação de valor de uso nas explorações agrícolas.

<sup>24</sup> Os *inputs* de origem industrial consumidos pelo sector agrícola representavam, em 1970, apenas 18% do VBP. Este valor era, em 1972, de 64% em França, 81% na Holanda, 70% na Inglaterra e 67% na Alemanha (cf. Louis Malassis, *Économie Agro-Alimentaire*, vol. 1: *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris, Cujas, 1973, p. 215).

<sup>25</sup> J. Tepicht, «La nature de l'économie paysanne, in *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin, 1973, e «L'agriculture paysanne et le développement de l'économie polonaise», in *Études Rurales*, n.ºs 25-26, de Janeiro-Junho de 1967.

em que não nos é possível entrar apenas com os *inputs* agrícolas provenientes do autoconsumo, os valores assumidos para o sector e subsectores são de molde a sugerir que não se trata de uma circulação de meios de produção no interior do sector, de uma exploração a outra, o que apontaria para uma especialização, mas, sobretudo, no interior de uma mesma exploração. Como sugere Tepicht, é no valor assumido pelas transferências<sup>26</sup> da produção animal à vegetal (0%), da produção vegetal à animal (19%), no interior da produção vegetal (43%), que, conhecida minimamente a estrutura da agricultura de um dado país, se pode equacionar esta questão.

A ser assim, se bem que com todas as limitações que a metodologia *input-output*, como já referimos, impõe, estaríamos perante um dos elementos do relacionamento da agricultura com o mercado, que apontaria para uma importância significativa do «carácter camponês»<sup>27</sup> da agricultura portuguesa. A articulação com um indicador do peso do sector no domínio do trabalho parece reforçar esse carácter. De facto, em 1968-70, e para o continente, a repartição percentual das famílias com função produtiva agrícola em grandes sectores, segundo a actividade económica principal dos membros da família, era a seguinte: as famílias com função produtiva agrícola representavam 46% do total das famílias; destas, 29,7% eram famílias com a função principal de prestação de trabalho assalariado agrícola, 53,9% famílias com a função principal de trabalho não remunerado agrícola e 16,4% famílias com a função principal de actividade não agrícola<sup>28</sup>. Em reforço da nossa tese, atente-se, igualmente, na desigualdade da produtividade do trabalho na agricultura — medida através do indicador produto por activo — quando comparada com a do sector não agrícola (quadro n.º 5) e no tipo de força de trabalho utilizada — força de trabalho feminina e envelhecida. De facto, para 1968, o *Inquérito às Explorações Agrícolas* «registou um milhão e novecentos mil trabalhadores sem remuneração em dinheiro, que integravam o pessoal das explorações agrícolas, dos quais 53% eram mulheres»<sup>29</sup>.

**Taxas de crescimento médio anual do produto por activo, a preços constantes de 1963, para o total da economia, sector agrícola e sector não agrícola**

[QUADRO N.º 5]

Anos	Taxas de crescimento médio anual do produto por activo		
	Do PIB/população activa total	Do PAB/PAA	Do PÂB/PAÂ
1960-70.....	6,6	5,1	5,8
1970-74.....	4,8	1,4	4,5
1974-76.....	— 0,2	— 2,8	— 0,6

Fonte: F. Cabral Cordovil, *Estruturas Agrárias em Portugal*, Lisboa, INSCOOP, 1979, p. 3.

<sup>26</sup> Os valores entre parênteses referem-se ao quantitativo dessas transferências no caso português (1970).

<sup>27</sup> Entendemos por tal uma agricultura com uma lógica não especificamente empresarial.

<sup>28</sup> F. Cabral Cordovil, *Estruturas Agrárias em Portugal*, Lisboa, INSCOOP, 1979, p. 25.

<sup>29</sup> Afonso de Barros e Fernando Ribeiro Mendes, «Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa» (versão provisória), comunicação apresentada ao seminário internacional sobre *As Agriculturas da Europa Mediterrânea: os Homens e o Trabalho*, Madrid, École des Hautes Études Hispaniques, 12-13 de Maio de 1981.

Acresce que o desenvolvimento do sector da pecuária, justamente por volta dos finais da década de 60, princípios de 70<sup>30</sup>, como «especulação» que, precisamente, permite valorizar as chamadas forças marginais ou não transferíveis da exploração agrícola<sup>31</sup>, isto é, o trabalho a tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, é uma das estratégias, quando outras alternativas não são possíveis, da exploração agrícola camponesa.

Não deixaremos estas meras pistas de análise — que no caso português esta questão não pode ser encarada de forma tão linear, necessitando de aprofundamento posterior — sem observar que, para o continente e em 1970, a distribuição do produto da pecuária, por classes de área, era a seguinte: até 20 ha concentrava-se 77% da produção total de leite de vaca e até 4 ha 47%; 77% do produto da carne de bovino estava concentrado nas explorações até 20 ha e 49% nas explorações até 4 ha; por último, e no que respeita ao produto da carne de suíno, até 20 ha concentrava-se 79% da produção total do continente e até 4 ha 55%<sup>32</sup>. A análise da inserção do sector e subsectores no mercado a jusante permitir-nos-á retomar esta questão.

De salientar, no entanto, não só pertencer ao subsector pecuário uma maior utilização de *inputs* por unidade de VBP e de *inputs* de origem não imediatamente agrícola, como, cabe relembrar, a dependência directa e indirecta da importação assumir, neste subsector, maior importância.

#### *Composição do consumo intermédio do sector agrícola, por ramos de origem*

Para avaliar dos ramos principais fornecedores de produtos intermédios ao sector destacámos os ramos cuja percentagem no total dos *inputs* intermédios totais fosse maior do que 1% e agregámos, sob a designação de «Outros ramos», aqueles cuja idêntica percentagem fosse menor que 1%<sup>33</sup>. O quadro n.º 6 permite-nos proceder à análise do ponto de vista das relações do sector com ramos nacionais a montante.

Os ramos que assumem maior importância no total dos *inputs* intermédios nacionais são, para além do 01. Agricultura (34,1%), 11. Alimentos para animais (23,3%) e 29. Produtos químicos de base (17,9%). No subsector agricultura destaque para os ramos: 01. Agricultura (43,1%); 29. Produtos químicos de base (28,0%). No subsector silvicultura assumem maior significado os ramos 40. Produtos metálicos (39,5%) e 59. Bancos, seguros e operações sobre imóveis (30,1%). Na pecuária salientam-se os ramos: 11. Alimentos para animais (59,5%) e 01. Agricultura (19,0%).

Não há alteração no posicionamento relativo dos ramos quando passamos dos consumos intermédios nacionais aos consumos intermédios totais (nacionais + importados), uma vez que a componente directa de importação apresenta peso diminuto, cabendo papel fundamental às indústrias nacionais.

Simultaneamente, como forma de avaliar da importância do sector agrícola enquanto propiciador de mercado para a indústria, construímos o quadro

<sup>30</sup> Cf. *Repartição Regional do Produto*, 1960 e 1970, INE.

<sup>31</sup> J. Tepicht, «La nature de l'économie paysanne», in *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin, 1973.

<sup>32</sup> F. Cabral Cordovil, *Estrutura das Explorações Agrícolas. O Produto Agrícola Bruto como Instrumento de Análise Determinação-Ensaio para 1968-70*, Oeiras, CEEA, 1979, pp. 75 e 77.

<sup>33</sup> Os traços significam que os envios são menores que 1% (o respectivo valor será contabilizado nos «Outros ramos»), enquanto o zero significa que não há qualquer fornecimento.

n.º 7. Através do indicador fornecimentos do ramo<sup>34</sup> ao sector (subsectores)/VBP do ramo podemos ter uma ideia da importância do sector agrícola para os ramos nacionais a montante. Se excluirmos os ramos 11. Alimentos para animais e 29. Produtos químicos de base, em todos os restantes a importância do sector é diminuta. De facto, no ramo 11. Alimentos para animais, os fornecimentos ao sector agrícola representam 97,8% do VBP; ao ramo 29. Produtos químicos de base corresponde 29,6%. O valor assumido pelo ramo 01. Agricultura é de 17,6%, apontando, mais uma vez, para um peso não negligenciável das relações no interior do sector agrícola.

**Percentagem de fornecimentos nacionais de ramos a montante em relação ao total de «inputs» intermédios nacionais e ao «input» intermédio total**

[QUADRO N.º 6]

Ramos	01. Agricultura		02. Silvicultura		03. Pecuária		01. + 02. + 03.	
	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)
01. Agricultura .....	43,1	40,0	0	0	19,0	17,0	34,1	31,2
02. Silvicultura .....	—	—	7,0	6,6	—	—	—	—
03. Pecuária .....	0	0	0	0	2,3	2,1	—	—
11. Alimentos para animais .....	0	0	0	0	66,7	59,5	23,3	21,3
18. Vestuário .....	1,7	1,6	—	—	—	—	1,1	1,0
29. Produtos químicos de base .....	28,0	26,0	0	0	0	0	17,9	16,3
33. Produtos químicos diversos .....	4,2	3,9	0	0	—	—	3,0	2,7
34. Derivados do petróleo e carvão .....	1,9	1,7	—	—	—	—	1,4	1,3
40. Produtos metálicos .....	2,7	2,5	39,5	36,9	—	—	2,3	2,1
46. Construção civil e obras públicas .....	—	—	9,0	8,4	—	—	—	—
50. Comércio .....	9,4	8,7	10,1	9,5	2,6	2,3	7,0	6,4
51. Transportes rodoviários e ferroviários .....	—	—	1,2	1,1	—	—	—	—
54. Comunicações .....	1,7	1,6	1,3	1,3	2,1	1,9	1,9	1,7
59. Bancos, seguros e operações sobre imóveis .....	2,8	2,6	30,1	28,1	3,6	3,2	3,4	3,2
Outros ramos .....	4,5	4,2	1,8	1,7	3,7	3,3	4,7	4,3
Total de inputs nacionais .....	100,0	92,8	100,0	93,5	100,0	89,3	100,0	91,5
Inputs totais .....		100,0		100,0		100,0		100,0

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

Note-se, no entanto, que a esmagadora importância do valor assumido por este coeficiente para o ramo 11. Alimentos para animais, quando comparada com a de outros ramos, tem, fundamentalmente, que ver com o facto de se estar a trabalhar com ramos. Os ramos foram definidos por «grupos de produtos correspondentes a bens produzidos ou serviços prestados, característicos de uma determinada actividade económica, de modo que cada grupo de produtos está incluído num, e num só, ramo da matriz»<sup>35</sup>. Ora só no caso do ramo 11. Alimentos para animais, que, como a designação sugere, é um ramo quase exclusivamente virado para o fornecimento do sector e muito especificamente do subsector pecuária, o indicador tomado tem suficiente operacionalidade<sup>36</sup>. O ramo 29. Produtos químicos de base engloba,

<sup>34</sup> Para aqueles ramos que representam mais de 1% do total dos inputs intermédios nacionais consumidos pelo sector agrícola.

<sup>35</sup> Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português, vol. V, 1970, p. 14.

<sup>36</sup> Esta questão será retomada aquando da análise dos ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional, como primeira aproximação à delimitação do complexo agro-industrial português.

sob esta designação lata, variadíssimos tipos de produtos, de que só os sub-ramos «adubos» e «pesticidas» produzem exclusivamente para o sector.

#### Importância do sector agrícola para ramos nacionais a montante

[QUADRO N.º 7]

Ramos a montante	Fornecimento 01.	Fornecimento 02.	Fornecimento 03.	Fornecimento 01. + 02. + 03.
	VBP do ramo	VBP do ramo	VBP do ramo	VBP do ramo
01. Agricultura .....	0,14	0	0,03	0,2
02. Silvicultura .....	—	0,000 5	—	—
03. Pecuária .....	0	0	0,008	—
11. Alimentos para animais.....	0	0	0,98	0,98
18. Vestuário.....	0,009	—	—	0,009
29. Produtos químicos de base	0,30	0	0	0,30
33. Produtos químicos diversos	0,08	0	—	0,09
34. Derivados do petróleo e carvão .....	0,04	—	—	0,05
40. Produtos metálicos .....	0,03	0,009	—	0,04
46. Construção civil e obras públicas .....	—	0,000 8	—	—
50. Comércio .....	0,02	0,000 5	0,003	0,03
51. Transportes rodoviários e ferroviários.....	—	0,000 3	—	—
54. Comunicações .....	0,05	0,000 8	0,03	0,08
59. Bancos, seguros e operações sobre imóveis.....	0,02	0,005	0,02	0,04

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

A consideração da importância de cada um dos subsectores para os ramos nacionais a montante associa, como seria de esperar, os ramos 29. e 01. ao subsector agricultura e o ramo 11. ao subsector pecuária. Informa-nos também, por outro lado, do tipo de inserção de cada um dos subsectores no mercado a montante, isto é, apesar dos limites da metodologia *input-output*, nomeadamente o facto de trabalhar com ramos, podemos concluir por um baixo grau de diversificação dos *inputs* de origem industrial. Para os ramos 33. Produtos químicos diversos, 34. Derivados do petróleo e do carvão e 40. Produtos metálicos tem alguma importância, mas diminuta (da ordem dos 3% a 8% — valor assumido pelo indicador), o subsector 01. Agricultura. O subsector silvicultura não tem quase expressão para os ramos nacionais a montante.

Passemos, finalmente, à estrutura dos *inputs* importados (quadro n.º 8). Para o total dos *inputs* intermédios importados pelo sector contribuem decisivamente os ramos 01., 29. e 11. com 38,1%, 27,2% e 8,6%, respectivamente. Os *inputs* provenientes destes ramos representam cerca de 74% do total das importações. A comparação com a estrutura dos *inputs* intermédios de origem nacional revela-se interessante: o ramo 01. Agricultura deixa de assumir maior importância para o subsector agricultura para passar a representar maior peso para o subsector pecuária. Tal aponta para uma maior incapacidade de resposta, por parte do subsector agricultura nacional, relativamente à satisfação das necessidades do subsector pecuário, o que sugere a utilização, por parte deste último, de produtos mais exigentes e/ou, meramente, uma oferta insuficiente de determinados produtos, como é o caso do

milho<sup>37</sup>. A importância do ramo 40. Produtos metálicos para a silvicultura quase que duplica relativamente ao fornecimento de origem nacional.

### 2.3 RELAÇÕES DO SECTOR AGRÍCOLA COM O MERCADO A JUSANTE

Mais do que «medir» o nível de mercantilização a jusante, a abordagem que nos propomos fazer vai permitir destacar os principais destinos da produção agrícola.

#### Estrutura dos «inputs» intermédios importados por tipos de produtos

[QUADRO N.º 8]

Ramos	01. Agricultura (percentagem)	02. Silvicultura (percentagem)	03. Pecuária (percentagem)	01. + 02. + 03. (percentagem)
01. Agricultura .....	14,8	0	66,5	38,1
03. Pecuária .....	0	0	4,6	2,1
06. Extracção de minerais não metálicos .....	9,4	0	0	5,0
11. Alimentos para animais ...	0	0	19,0	8,6
12. Outros produtos alimentares	0	0	1,3	—
18. Vestuário .....	4,1	0	0	2,2
28. Artigos de matérias plásticas	4,0	0	—	2,2
29. Produtos químicos de base	50,6	0	—	27,2
33. Produtos químicos diversos	—	—	1,6	—
34. Derivados do petróleo e carvão .....	8,0	1,7	2,0	5,2
40. Produtos metálicos .....	2,2	89,4	—	2,1
41. Máquinas, excepto as eléctricas .....	—	5,0	—	—
54. Comunicações .....	5,9	3,4	4,6	5,3
Outros ramos .....	1,0	0,6	0,2	2,0
Total de <i>inputs</i> importados ....	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

A agricultura portuguesa, em 1970, exceptuando o seu subsector silvicultura, destinava-se sobretudo a preencher a função alimentar, quer directamente quer de forma mediada, através dos envios às indústrias alimentares. De facto, em termos dos envios à chamada procura final, a agricultura portuguesa é uma agricultura fundamentalmente virada para o consumo; a exportação assenta nos produtos originários dos subsectores agricultura e silvicultura: o vinho, as conservas de frutos, o tomate, a cortiça, a pasta para papel e a madeira transformada.

#### 2.3.1 A agricultura como fornecedora de produtos intermédios e de produtos finais — peso relativo na economia portuguesa

O quadro n.º 9 fornece-nos a contribuição do sector agrícola e seus subsectores para a satisfação da procura intermédia<sup>38</sup>. O sector agrícola nacional contribui com 17,5% para o total da procura intermédia nacional. Os subsectores agricultura e pecuária têm contribuição semelhante, que ronda os 7%.

<sup>37</sup> A importação de milho no total dos cereais importados representava, em 1970, 43% (*Estatísticas do Comércio Externo*, INE).

<sup>38</sup> Trata-se de saber o peso das matérias-primas de origem agrícola no total das matérias-primas trabalhadas pelos 60 ramos, através dos quais, na matriz, se traduziu a economia em 1970.

Os produtos intermédios importados de origem agrícola representam já 22,0% do total da importação de bens intermédios, cabendo ao subsector 01. Agricultura 19,1% desse total. Para o que se designa por procura intermédia total (nacional + importada) o sector agrícola entra com 18,4%, sendo fundamental o subsector agricultura, com 10,3%.

Vejamos, subsector a subsector, o peso das importações e da produção nacional de matérias-primas no total, bem como a contribuição respectiva para o sector agrícola. A percentagem de produtos de origem nacional em relação ao total é, no caso da pecuária, de 93,6% e, no da silvicultura, de 90,1%. Na agricultura já as matérias-primas de origem nacional representam 60,9% do total devido ao sector. É, portanto, aqui, como aliás já a análise precedente apontava, que a percentagem de produtos importados é efectivamente significativa — 39,1% do total fornecido<sup>39</sup>.

Se tomarmos a participação de cada um dos subsectores para o sector agrícola, verificamos pertencer ao subsector agricultura 55,6% do total dos produtos intermédios (nacionais + importados) do sector. Das importações do sector, 86,9% cabem à agricultura. No que respeita aos produtos de origem nacional no total deste tipo de produtos produzidos pelo sector, a agricultura e a pecuária apresentam contribuição muito semelhante.

A importância assumida pelo subsector agricultura e a sua relativa incapacidade de resposta, a par de contribuição só ligeiramente superior, no que respeita a bens nacionais, à do subsector pecuária, apontam-nos, uma vez mais, para um indicador da evolução do próprio sector agrícola. Numa análise, entre outras, tão pormenorizada quanto possível, do tipo de produtos importados imputáveis ao subsector agricultura poder-se-ia basear uma caracterização do próprio subsector. De facto, a dependência da importação de produtos mais «exigentes», aos quais está associado, normalmente, um elevado recurso ao mercado a montante<sup>40</sup>, elucidar-nos-ia, em parte, do ponto de vista que nos interessa, sobre o tipo de inserção da agricultura portuguesa no mercado a montante e, sobretudo, sobre o desfazamento entre a inserção a jusante e a inserção a montante.

Antes de passarmos ao mesmo tipo de análise, agora sob a óptica da agricultura como fornecedora de produtos finais, convém discutir previamente o que se entende por procura final<sup>41</sup>, bem como apontar as limitações de uma análise confinada à distinção produtos para procura intermédia/produtos para procura final. Incluem-se na procura final as componentes consumo (privado + público), exportação, formação bruta de capital fixo (FBCF), variação de *stocks* e produtos em vias de fabrico. Se no caso da componente consumo não há qualquer dúvida de que se trata de produtos finais no sentido de lhes ser dada uma utilização final, no caso da componente exportação muitos dos produtos não passam de matérias-primas. O estudo da estrutura das exportações de origem agrícola apontaria precisamente para um peso não negligenciável deste tipo de produtos. Saliente-se, portanto, dado que a análise anteriormente efectuada não contempla este aspecto, estarmos perante uma subavaliação do papel do sector na produção de bens destinados a uma utilização intermédia.

<sup>39</sup> Note-se que não está contemplado o efeito indirecto de importação, que, mais uma vez, acentuaria o peso da importação no total.

<sup>40</sup> Recorde-se a maior incapacidade de resposta do subsector agricultura, só superada pelo recurso à importação, no abastecimento de produtos intermédios ao subsector pecuário.

<sup>41</sup> Na terminologia da análise, *input-output*.

### Importância do sector agrícola como fornecedor de bens intermédios

[QUADRO N.º 9]

Fornecimento de produtos para procura intermédia	Sector agrícola												Σ 60 ramos Percentagem
	01. Agricultura			02. Silvicultura			03. Pecuária			01. + 02. + 03.			
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens			
(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)		
Produtos importados.....	86,90	39,14	19,14	4,77	9,88	1,05	8,33	6,45	1,83	100	25,03	22,02	100
Produtos nacionais .....	45,12	60,86	7,89	14,54	90,12	2,54	40,34	93,55	7,05	100	74,97	17,48	100
Total .....	55,58	100	10,25	12,10	100	2,23	32,32	100	5,96	100	100	18,44	100

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola (01. + 02. + 03.).

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura intermédia em cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*



O quadro n.º 10 indica, como aliás seria de esperar, um peso menor (8,8%) na procura final nacional. Ao subsector 01. Agricultura cabe 6,8% do total nacional. Quanto a bens finais importados<sup>42</sup>, o contributo do sector é pouco significativo (cerca de 2% do total importado). Mais uma vez, é o subsector agricultura que apresenta maior peso (1,6% do total importado). A agricultura é, portanto, responsável em 84% pelos produtos importados e em 77,5% pelos de origem nacional devidos ao sector. A contribuição da pecuária para os produtos finais totais do sector ronda os 20%; a silvicultura, pela natureza dos produtos fornecidos, apresenta peso insignificante.

### *2.3.2 Estrutura da procura final do sector e subsectores*

O quadro n.º 11 permite distinguir, dentro do sector agrícola, os subsectores cuja produção se destina predominantemente à satisfação da procura intermédia daquele que, ao invés, o destino da produção é, em grande medida, para a satisfação da procura final. No primeiro caso estão os subsectores 02. Silvicultura e 03. Pecuária (com 84,1% e 69,6% do total da produção, respectivamente), sendo o subsector 01. Agricultura, com 39,1% da produção para a procura intermédia e 60,9% para a procura final, aquele a que nos referíamos no segundo caso.

Se passarmos agora a ver esta questão em termos da contribuição para o sector agrícola, verificamos caber, justamente, ao subsector 01. Agricultura maior contributo para o total da produção do sector destinada à procura intermédia (45,1%). A pecuária tem peso muito aproximado (40,3%) e a silvicultura apenas contribui com 14,5%. Idêntica representação encontramos no que respeita à participação de cada um dos subsectores para a procura final do sector agrícola, ainda que, no caso da pecuária, a participação seja significativamente menor quando comparada com a anterior (19,4%) e, no caso da agricultura, significativamente maior (77,5%). A silvicultura apenas contribui com 3%. Refira-se, no entanto, que, como as suas exportações, em boa parte, vão ser utilizadas enquanto matérias-primas, a produção destinada à procura final é na realidade inferior.

Esta primeira abordagem permite salientar, por um lado, o papel decisivo, deste ponto de vista, do subsector agricultura no total do sector agrícola e, por outro, o carácter mais acentuado de produtor de matérias-primas do subsector pecuária, a apontar para esquemas de uma maior integração no processo de industrialização. Cabe, no entanto, aqui referir que, dado o tipo de agregação dos produtos e serviços com que se trabalhou na matriz, o ramo 07. Carne e conservas de carne, por exemplo, foram associadas com as actividades próprias dos matadouros, onde o grau de transformação é nulo e/ou muito reduzido, o que apontaria para um efectivo menor grau de integração do subsector. No entanto, no caso português, outro tipo de questões não menos interessantes podem ser discutidas.

Estamos a pensar no problema da associação à exploração agrícola deste tipo de actividades transformadoras, como natural continuação da actividade destas. Problema que tem sido resolvido em determinados ramos, como o

---

<sup>42</sup> Refira-se que a percentagem importada deduzida neste quadro não é representativa da percentagem importada implícita na procura final de bens alimentares e agrícolas, por não estarem contemplados os efeitos indirectos de importação.

### Importância do sector agrícola na satisfação da procura de bens finais

[QUADRO N.º 10]

Fornecimento de produtos para procura final	01. Agricultura			02. Silvicultura			03. Pecuária			01. + 02. + 03.			Σ 60 ramos Percentagem
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens			
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	
Produtos importados.....	83,96	2,26	1,63	8,77	5,79	0,17	7,27	0,79	0,14	100	2,09	1,94	100
Produtos nacionais .....	77,52	97,74	6,83	3,04	94,21	0,27	19,44	99,21	1,71	100	97,91	8,81	100
Total .....	77,65	100	6,37	3,16	100	0,26	19,19	100	1,57	100	100	8,20	100

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola (01. + 02. + 03.).

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura final em cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

leite<sup>43</sup> e o vinho, através de unidades transformadoras de índole cooperativa. Noutros ramos, como é o caso do gado, esta solução parece pouco exequível, dada a existência de uma rede complexa de intermediários, por sinal pouco estudada.

Abordemos, agora, como um segundo nível de análise, a estrutura da procura final do sector e o tipo de relacionamento do mesmo com ramos a jusante.

No que respeita à satisfação da procura final, que engloba uma parte da importante função de fornecimento de bens alimentares, apenas estão representadas as componentes: consumo privado, variação de *stocks* e exportações<sup>44</sup>. A estrutura da procura final aponta para o predomínio da componente consumo privado. Assim, 93,0% do total dos bens destinados à procura final do subsector agricultura vão para consumo privado; na silvicultura, esta percentagem ronda os 54% e na pecuária representa 98,9%. A agricultura e a pecuária contribuem com 77,6% e 20,7%, respectivamente, para o total do sector destinado a consumo privado.

A componente exportações é particularmente importante no caso da silvicultura (24,3% do total do subsector destinado à procura final) e, embora menos, da agricultura (13,6% do total do subsector). Em termos de exportações, o peso vai, portanto, para a agricultura e a silvicultura (91,8% e 6,3% do total das exportações do sector).

O sector agrícola, no seu conjunto, vê a procura final repartida segundo as componentes consumo privado, variação de *stocks* e exportações em 93,0% — 4,5% e 11,5%, respectivamente. Trata-se, na satisfação da procura final, de uma agricultura muito virada para o consumo e onde a componente exportação tem peso reduzido; sabe-se ainda assentar essa exportação num número também reduzido de produtos. Convém, no entanto, salientar que temos vindo a referir-nos apenas aos produtos imediatamente originários do sector agrícola, isto é, produtos que não sofreram transformação de tipo industrial. Se contemplarmos as exportações indirectas<sup>45</sup>, o peso nas nossas exportações totais vem acrescido. As principais exportações indirectas são, como é sabido, o vinho, o tomate, a cortiça, a pasta para papel e a madeira transformada. Mais, no período de 1950-73 «verifica-se uma evolução no sentido de uma maior participação [nas exportações agrícolas totais — directas e indirectas] das componentes sujeitas em maior grau a transformação industrial»<sup>46</sup>.

Mais uma vez, é o subsector agricultura que apresenta maior importância, quer do ponto de vista da componente consumo, quer do ponto de vista da componente exportações; também já o era no abastecimento da procura intermédia. Esta importância terá, em última análise, que ver com um dado perfil da procura. Terá sido justamente nos finais da década de 60 que o per-

<sup>43</sup> Para o leite, e nomeadamente nalgumas zonas mais importantes, o associativismo parece ter resolvido em parte esta questão. Vejam-se as salas de ordenha colectiva na região da Beira Litoral.

<sup>44</sup> O sector, como é óbvio, contribui para a FBCF apenas com plantações. A FBCF não está representada, já que as plantações foram todas incluídas no 1.º quadrante da matriz, o que equivale a dizer que foram consideradas como um consumo intermédio. Rigorosamente, havia que distinguir aquelas que se tornam imediatamente produtivas: consumo intermédio, daquelas que requerem um longo período de tratamento até se tornarem produtivas: bens de capital.

<sup>45</sup> Entendemos por exportações indirectas as que são efectuadas por outros ramos que se encontram fortemente dependentes, em termos de matérias-primas, do sector agrícola.

<sup>46</sup> J. António Girão, *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-73): Uma Perspectiva*, IGC, CEEA, Oeiras, 1980, p. 93.

**Relação procura intermédia/procura final do sector agrícola nacional**

[QUADRO N.º 11]

Ramos	Procura intermédia		Procura final												VBP Porcentagem
			Consumo privado			Variação de stocks			Exportações			Total			
	Percentagens (1)	(3)	(1)	Percentagens (2)		(3)	(1)	Percentagens (2)		(3)	(1)	Percentagens (2)		(3)	
01. Agricultura.....	39,13	45,13	56,61	93,01	77,55	— 4,03	— 6,62	114,82	8,29	13,61	91,77	100	60,87	77,51	100
02. Silvicultura.....	84,07	14,54	8,59	53,93	1,76	3,47	21,78	— 14,82	3,87	24,29	6,43	100	15,93	3,04	100
03. Pecuária .....	69,62	40,33	30,06	98,93	20,69	0	0	0	0,32	1,07	1,80	100	30,38	19,44	100
Total (01. + 02. + 03.) ..	52,48	100	44,18	92,98	100	— 2,12	— 4,48	100	5,46	11,50	100	100	47,52	100	100

(1) Percentagem em relação ao VBP de cada ramo.

(2) Percentagem em relação ao total da procura final de cada ramo.

(3) Percentagem em relação ao total (01. + 02. + 03.).

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

fil da procura de bens alimentares e agrícolas sofreu alterações, orientando-se mais significativamente para os produtos originários da pecuária.

### 2.3.3 *O tipo de relacionamento do sector e subsectores com ramos a jusante*

Para aprofundarmos a análise da situação da agricultura portuguesa enquanto vendedora de matérias-primas, construímos o quadro n.º 12. Destacamos, como, anteriormente, aquando da análise da situação da agricultura enquanto compradora, os ramos cuja percentagem no total da produção de produtos intermédios do sector representavam mais de 1% e agregámos sob a designação de «Outros ramos» aqueles cuja percentagem era menor do que 1%.

Os principais clientes do subsector agricultura são, para além do próprio subsector (36,2% do total)<sup>47</sup>, os ramos: 12. Outros produtos alimentares (34%); 03. Pecuária (8,8%); 13. Bebidas (6,3%); 09. Conservas de frutos (6,0%); 11. Alimentos para animais (4,8%) e 10. Óleos alimentares (3,1%); os «Outros ramos» apenas representam 0,9% do total. O subsector silvicultura apresenta como principais clientes os ramos: 21. Madeira (28,3%); 22. Cortiça (24,6%); 24. Pasta para papel (21,8%); 30. Resinosos (15,5%); seguindo-se-lhes 46. Construção civil e obras públicas (3,4%), 38. Indústrias do ferro e do aço (1,7%) e 12. Outros produtos alimentares (1,5%); os «Outros ramos» têm aqui maior peso, denunciando uma maior dispersão de pequenos clientes para este subsector do que para os restantes.

Quanto ao subsector pecuária, detectam-se enquanto clientes mais importantes os ramos: 07. Carne e conservas de carne (87,5% do total); 08. Lacticínios (7,9%) e ainda o ramo 15. Têxteis da lã e mistos (2,7%), para além do próprio subsector (1,2%); os «Outros ramos» apresentam-se apenas com 0,7% do total.

Na pecuária, significativamente, 87,5% dos produtos destinados a satisfazer a procura intermédia são absorvidos pela indústria de carne e conservas de carne. Se tomarmos como base de cálculo o VBP, temos que 60,9% do VBP do subsector é canalizado para esta indústria. Recorde-se, no entanto, o que dizíamos atrás sobre o baixíssimo ou mesmo nulo grau de transformação de algumas actividades que se agruparam no ramo 07. Carne e conservas de carne, a apontar, por conseguinte, para uma menor integração no processo de industrialização, por parte deste subsector, do que à primeira vista poderíamos supor.

De facto, se tomarmos como um indicador do grau de transformação de um ramo o quociente consumos intermédios totais/VAB, isto é, a proporção de consumos intermédios totais relativamente ao valor acrescentado, verificámos que, para os ramos principais clientes de matérias-primas agrícolas, o indicador assume valores significativamente elevados. A estrutura económica de um ramo é principalmente caracterizada pela importância relativa dos consumos intermédios — que exprime a participação dos outros ramos na produção do ramo considerado —, ou pela importância relativa do VAB — que exprime a participação do ramo na elaboração dos seus próprios produtos — na produção total do ramo.

---

<sup>47</sup> Mais uma vez aqui se levanta o problema do auto-aprovisionamento, que não é possível distinguir daquilo que entra no circuito do mercado.

## Estrutura da procura intermédia do sector agrícola

[QUADRO N.º 12]

Ramos fornecedores	Ramos clientes																	
	01. Agricultura		03. Pecuária		07. Carne e conservas de carne		08. Lactínicos		09. Conservas de frutos		10. Óleos alimentares		11. Alimentos para animais		12. Outros produtos alimentares		13. Bebidas	
	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)		
01. Agricultura	36,18	22,02	8,75	5,33	—	—	—	—	5,97	3,63	3,05	1,86	4,84	2,95	33,97	20,67	6,34	3,86
02. Silvicultura	—	—	—	—	—	—	0	0	—	—	—	—	—	—	1,54	1,39	—	—
03. Pecuária	0	0	1,19	1,12	87,45	81,81	7,89	7,38	0	0	0	0	0	0	—	—	0	0
Total.....	16,40	12,29	4,44	3,33	35,30	26,47	3,18	2,39	2,70	2,02	1,38	1,03	2,19	1,64	15,83	11,87	2,88	2,16

[QUADRO N.º 12, continuação]

Ramos fornecedores	Ramos clientes																		
	15. Têxtil da lã e mistos		21. Madeira		22. Cortiça		24. Pasta para papel		30. Resinosos		38. Indústria do ferro e do aço		46. Construção civil e obras públicas		Procura intermédia total nacional		Outros ramos		Procura intermédia total
	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagens (1)	Percentagens (2)	Percentagem		
01. Agricultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,90	0,55	100	60,87	100
02. Silvicultura	—	—	28,30	25,50	24,60	22,16	21,75	19,60	15,52	13,98	1,67	1,51	3,44	3,10	3,18	2,88	100	90,12	100
03. Pecuária	2,74	2,57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,73	0,68	100	93,56	100	
Total.....	1,11	0,83	4,11	3,08	3,58	2,68	3,16	2,37	2,26	1,69	—	—	—	—	1,48	1,11	100	74,96	100

(1) Percentagem em relação à procura intermédia total de produtos agrícolas nacionais.

(2) Percentagem em relação à procura intermédia total de produtos agrícolas.

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

### Grau de transformação

[QUADRO N.º 13]

Ramos	CI totais
	VAB
07. Carne e conservas de carne.....	25,70
08. Lacticínios.....	1,65
09. Conservas de frutos.....	2,00
11. Alimentos para animais.....	6,17
12. Outros produtos alimentares.....	3,40
13. Bebidas.....	1,14
22. Cortiça.....	2,59
24. Pasta para papel.....	1,87
30. Resinosos.....	4,89
IAA.....	3,66

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

É esta estrutura que está condensada no indicador que vamos reter. Para os ramos principais clientes do sector agrícola, que coincidem com as indústrias agrícolas e alimentares, como não podia deixar de ser, o valor assumido pelo quociente CI totais/VAB era, em 1970, de 3,66 (quadro n.º 13). Se uma das características deste tipo de indústrias é o de serem indústrias à base de consumos intermédios<sup>48</sup>, o valor em causa é, ainda assim, muito alto, denunciando a existência de ramos onde o grau de transformação é pouco elevado. Em França, em 1971, o valor assumido por este indicador era de 1,89<sup>49</sup>.

Dos ramos que compõem as indústrias agrícolas e alimentares (ver quadro n.º 13) destaca-se precisamente o ramo 07. Carne e conservas de carne, para o qual o indicador apresenta o valor mais elevado: 25,7, o que aponta para a já referida agregação neste ramo de uma série de actividades que não implicam qualquer transformação industrial. Os ramos 11. Alimentos para animais, 30. Resinosos e 12. Outros produtos alimentares apresentam igualmente valores elevados: 6,17, 4,89 e 3,40, respectivamente. O ramo para o qual o indicador apresenta o valor mais baixo é o ramo 13. Bebidas. Cabe referir que foi incluída no ramo 01. Agricultura a produção de vinhos comuns; apenas os vinhos com direito a designação de origem foram incluídos, constituindo um grupo de produtos no ramo 13. Bebidas. Será esta a razão pela qual o indicador assume o valor mais baixo, traduzindo um ramo com maior grau de transformação.

Podíamos tomar desta análise elementos que nos possibilitassem ensaiar uma desagregação dos produtos agrícolas destinados à procura intermédia segundo o grau de transformação a que vão ser submetidos, como se revelaria indispensável para melhor avaliar do papel desempenhado pelo sector enquanto fornecedor de matérias-primas. No entanto, o que nos parece importante retirar, e não só importante, como sobretudo prudente<sup>50</sup>, é o desfa-

<sup>50</sup> Dado que não há um critério único subjacente às agregações feitas em cada um dos ramos constituintes das indústrias agrícolas e alimentares.

<sup>48</sup> Donde que estas indústrias tenham justamente «tendência para intervir no mercado a montante se o ajustamento de fluxos pelo mercado não conduz a resultados satisfatórios. É assim que as indústrias agrícolas e alimentares estão frequentemente a intervir na organização da produção agrícola [...], nomeadamente através de técnicas de quase integração» (L. Malassis, *Économie Agro-Alimentaire*, vol I: *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris, Cujas, 1973, pp. 193-194).

<sup>49</sup> L. Malassis, *Économie Agro-Alimentaire [...]*, p. 193.

zamento, mais uma vez caracterizador do tipo de inserção da agricultura portuguesa no mercado a jusante do indicador quando comparado com outros países, nomeadamente a França.

Se tomarmos como medida do grau de transformação da indústria transformadora o quociente consumos intermédios totais/VBP da indústria transformadora, ponderado pelo peso do VBP desta indústria no VBP total da economia ( $\Sigma$  60 ramos da matriz), obtemos o valor de 0,66; para as indústrias agrícolas e alimentares, o mesmo indicador — quociente consumos intermédios/VBP, ponderado, agora, pelo peso do VBP das IAA (indústrias agrícolas e alimentares) no VBP da indústria transformadora — assume o valor de 0,78, denotando «tecnologia e desenvolvimento [...] que se mostram de baixo nível [no] sector alimentar no seu conjunto»<sup>51</sup>.

Quanto às importações de matérias-primas de origem agrícola, importa aqui acrescentar que cabe ao subsector agricultura menor capacidade de satisfação do mercado nacional (os produtos de origem nacional representam 60,9% do total necessário à satisfação da procura intermédia) e ainda que a importação é particularmente importante no abastecimento aos ramos 01. Agricultura e 12. Outros produtos alimentares. No subsector pecuária, a importação tem apenas algum significado, diminuto, para o ramo 07. Carne e conservas de carne.

Finalmente, e para complemento desta análise, o quadro n.º 14 dá-nos a dependência dos ramos clientes em relação aos fornecimentos agrícolas nacionais<sup>52</sup>. O indicador em causa — aquisição do ramo ao sector (ou sub-

#### Dependência dos ramos clientes em relação aos fornecimentos agrícolas nacionais

[QUADRO N.º 14]

Ramos a jusante	Percentagem de aquisições a 01./Inputs intermédios nacionais do ramo	Percentagem de aquisições a 02./Inputs intermédios nacionais do ramo	Percentagem de aquisições a 03./Inputs intermédios nacionais do ramo	Percentagem de aquisições a 0.1 + 0.2 + 0.3/Inputs intermédios nacionais do ramo
01. Agricultura .....	43,07	—	0	43,26
03. Pecuária.....	18,97	—	2,31	21,33
07. Carne e conservas de carne	—	—	83,60	83,68
08. Lacticínios .....	—	0	59,12	59,12
09. Conservas de frutos.....	61,85	—	0	62,01
10. Óleos alimentares .....	32,44	—	0	32,49
11. Alimentos para animais.....	25,34	—	0	25,37
12. Outros produtos alimentares	34,97	0,51	—	36,13
13. Bebidas .....	34,41	—	0	34,64
15. Têxtil da lã e mistos.....	0	—	8,96	8,99
21. Madeira .....	0	47,46	0	47,46
22. Cortiça .....	0	36,74	0	36,74
24. Pasta para papel.....	0	50,47	0	50,47
30. Resinosos .....	0	77,71	0	77,71
38. Indústrias do ferro e do aço	0	2,34	0	—
46. Construção civil e obras públicas .....	0	1,04	0	—

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

<sup>51</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Nacional da FAO, Ministério da Agricultura e Pecuária, *Indústrias Alimentares em Portugal. Evolução e Situação Actual*, Lisboa, 1977, p. 12.

<sup>52</sup> Trabalharemos apenas com os ramos cuja percentagem no total dos produtos intermédios do sector é maior que 1%.



sector)/total dos *inputs* intermédios de origem nacional — vem alterar, nalguns casos, as conclusões a que chegáramos anteriormente, assentando o critério de importância no sector agrícola (ou subsectores). De facto, para o subsector agricultura, para além da própria agricultura (43,1%) e da pecuária (19,0%), os ramos mais dependentes são 09. Conservas de frutos (o grau de dependência é de 61,9%), 12. Outros produtos alimentares (35,0%), 13. Bebidas (34,4%), 10. Óleos alimentares (32,4%) e 11. Alimentos para animais (25,3%). É neste subsector que mais se observa, de uma forma generalizada, um razoável grau de dependência.

No subsector silvicultura destacam-se os ramos: 30. Resinosos (77,7%), 24. Pasta para papel (50,5%), 21. Madeira (47,5%) e 22. Cortiça (36,7%). No subsector pecuária merecem destaque os ramos: 07. Carne e conservas de carne — com um grau de dependência de 83,6% — e 08. Lacticínios (59,1%).

### 3. O COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL PORTUGUÊS — UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DO COMPLEXO

A análise que até aqui fizemos do relacionamento do sector agrícola com os ramos a jusante não é particularmente adequada para iniciar a abordagem das formas de integração do sector no processo de industrialização. Necessário se torna, então, desenvolver e construir outro tipo de indicadores<sup>53</sup>, através da análise da economia alimentar portuguesa:

[...] a economia alimentar pode ser qualificada de agrícola quando o valor acrescentado pela agricultura representa, por exemplo, mais de 50% do valor final do produto alimentar pago pelo consumidor. Tal não sucede quando este valor não representa mais de 1/3 (França) ou mesmo 1/5 (América do Norte). Podem marcar-se as alterações produzidas no decurso do processo de desenvolvimento qualificando o estágio atingido de economia agro-industrial<sup>54</sup>.

Tal implica passar a trabalhar com o subconjunto do quadro *input-output* formado pelos ramos agricultura, silvicultura e pecuária, pelos ramos das indústrias agrícolas e alimentares, pelas indústrias fornecedoras de produtos intermédios ao sector agrícola e, finalmente, pela distribuição (parte correspondente às margens comerciais).

Visto tratar-se de uma primeira abordagem da questão do complexo agro-industrial português, optámos por adoptar a designação ampla de ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional para os que se encontram na situação de pertencerem às indústrias agrícolas e alimentares e/ou às indústrias a montante, responsáveis pelo fornecimento de *inputs*. Determina-

---

<sup>53</sup> Para os quais a metodologia *input-output* aparece particularmente vocacionada. No entanto, para uma abordagem potencialmente mais explicativa, seria de cruzar os resultados assim obtidos com os resultados obtidos mediante a análise do processo de formação e localização espacial do sistema agro-industrial. Uma outra abordagem consistiria no estudo das cadeias agro-alimentares industriais.

<sup>54</sup> Louis Malassis, «L'agro-industrie: méthodes et concepts», in *Cahiers de L'ISEA*, n.ºs 11-12, Novembro-Dezembro de 1973, p. 2023.

mos os ramos fortemente ligados ao sector agrícola com base num critério de forte ligação que, para os ramos a montante, assentou na *ratio*<sup>55</sup>:

$$\frac{\text{Aquisições de produtos intermédios ao sector agrícola}}{\text{VBP do ramo}} \geq 50\%$$

e, para os ramos a jusante, na *ratio*<sup>56</sup>:

$$\frac{\text{Fornecimentos de produtos intermédios ao sector agrícola nacional}}{\text{Aquisições totais de produtos intermédios}^{57} - \text{Aquisições de produtos intermédios intra-ramo nacionais} - \text{Custos comerciais de aquisição de bens intermédios}^{58}} \geq 50\%$$

Os ramos que, por aplicação destes critérios, constituem os ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional são, assim: a montante, o ramo 11. Alimentos para animais e, a jusante, os ramos 07. Carne e conservas de carne, 08. Lacticínios, 09. Conservas de frutos, 12. Outros produtos alimentares, 13. Bebidas, 22. Cortiça, 24. Pasta para papel e 30. Resinosos. A não inclusão dos ramos 10. Óleos alimentares e 20. Curtumes e corte de pêlo ficou a dever-se no primeiro caso ao peso esmagador da importação<sup>59</sup> no total dos consumos intermédios agrícolas (64,4%) e, no segundo caso, ao facto de o critério de delimitação ter sido pensado apenas relativamente à agricultura e não ter contemplado os fluxos dentro das indústrias agrícolas e alimentares. O ramo 20. Curtumes e corte de pêlo é um ramo de 2.<sup>a</sup> transformação que só indirectamente está dependente da agricultura; de facto, essa dependência é mediada pelo ramo 07. Carne e conservas de carne.

À primeira razão por que tomamos a designação lata de ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional — o carácter aproximativo da análise — acresce, portanto, o que poderíamos designar por uma definição muito «ortodoxa» das indústrias agrícolas e alimentares, na medida em que os únicos fluxos contemplados foram os que se efectuaram com a agricultura; para contemplar os fluxos no interior do agregado agricultura (A) + indústrias agrícolas e alimentares (IAA) teríamos de partir de uma definição *a priori* das IAAs<sup>60</sup>.

Cabe, a concluir estas notas metodológicas, referir ainda o facto de a metodologia *input-output* trabalhar com ramos, e não com indústrias. Por um lado, é necessário ter presente, como vimos, que na maior parte dos ramos estão agregadas actividades com um grau nulo ou mínimo de transformação; por outro lado, e desta vez porque as agregações contemplam muitos produtos das indústrias a montante, por aplicação da *ratio* atrás discutida, apenas captamos o ramo 11. Alimentos para animais.

<sup>55</sup> *Ratio* que resultou de uma adaptação dos critérios utilizados por Louis Malassis, *Économie Agro-Alimentaire*, vol I: *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris, Cujas, 1973.

<sup>56</sup> Ver nota 55.

<sup>57</sup> Com base na *Matriz de Relações Interindustriais*.

<sup>58</sup> No fundo, consumo intermédio do ramo em causa «produzido» pelo ramo 50. Comércio.

<sup>59</sup> Sublinhe-se, todavia, que, como o sistema de matrizes se reporta apenas ao continente, uma parte dessa importação, que nos vemos impossibilitados de calcular, provém das colónias.

<sup>60</sup> Por aplicação de outros critérios em *Análise Exploratória do Complexo Agro-Alimentar Industrial através das Matrizes Multisectoriais de 1970 e 1974* (Maria Ludovina Faria Palmeiro, Lisboa, MAP, Gabinete de Planeamento, 1978-79), a autora chega a uma diferente delimitação das indústrias agrícolas e alimentares.

A constituição e estudo de conjuntos de ramos em termos da análise do complexo agro-alimentar será objecto de tratamento posterior. No entanto, agregamos, para efeitos deste primeiro estudo, os ramos nos seguintes subconjuntos:

- 01. Agricultura.
- 09. Conservas de frutos + 13. Bebidas.
- 12. Outros produtos alimentares.
- 02. Silvicultura + 22. Cortiça + 24. Pasta de papel + 30. Resinosos.
- 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lactícínios + 11. Alimentos para animais.

Esta agregação, que resultou na consideração de dois subconjuntos constituídos apenas por um único elemento, caso dos ramos 01. Agricultura e 12. Outros produtos alimentares, justifica-se uma vez mais se atendermos ao carácter meramente aproximativo desta análise. Mais do que aproximação, trata-se mesmo de tentar contemplar, o mais eficazmente possível, uma adaptação à realidade portuguesa dos critérios utilizados para a delimitação do agregado, que vem sendo designado por *agro-business*. A não consideração, à semelhança do que fizemos para os subsectores silvicultura e pecuária, de um agregado constituído pelos ramos 01. + 09. + 12. + 13. fica, portanto, a dever-se ao facto de o indicador que traduziu o critério de forte ligação com o ramo 01. ser menor para os ramos 09., 12. e 13. do que nos outros casos, o que nos levou a isolar o ramo 01. Agricultura. Os ramos 09. e 13. acabaram por ser agrupados, dada a relativa semelhança em termos do valor assumido por esse indicador. O ramo 12., com um coeficiente muito perto do valor tomado como mínimo para a definição do critério de forte ligação, foi também considerado isoladamente. Neste caso, como vimos anteriormente, há uma forte dependência de fornecimentos agrícolas, mas para os quais a agricultura portuguesa não tem capacidade de resposta, cabendo papel não desprezável ao recurso à importação.

### 3.2 O AGREGADO SECTOR AGRÍCOLA + RAMOS FORTEMENTE LIGADOS AO SECTOR AGRÍCOLA COMO MERCADO COMPRADOR DE PRODUTOS INTERMÉDIOS

O sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola representa 33,4% do total de consumos intermédios de origem nacional e 15,4% dos de origem importada. Nos ramos fortemente ligados destacam-se, em termos da sua importância no total da economia, os ramos 12. Outros produtos alimentares e 07. Carne e conservas de carne. Dos subconjuntos referidos cabe ao subconjunto formado pelos ramos 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lactícínios + 11. Alimentos para animais maior importância, com 11,8% do total dos *inputs* intermédios totais. Este subconjunto absorve 13,5% do mercado de produtos intermédios nacionais e 5,6% do mercado de produtos intermédios importados. Contribui com 40,3% para o consumo deste tipo de bens de origem nacional por parte do sector agrícola + ramos fortemente ligados e com 36,0% para o de origem importada.

O quadro n.º 15 permite-nos agora analisar mais detalhadamente a importância das importações de produtos intermédios para o sector agrícola + ramos fortemente ligados. Tal como na análise feita para o sector agrícola, distinguiremos o valor indirecto importado, calculado a partir dos ramos

fornecedores de *inputs*, importadores líquidos. Para o conjunto que temos vindo a trabalhar, e no que respeita ao total do valor importado, observa-se que o valor directo importado representa 76,6% desse total, enquanto o valor indirecto representa 23,4%. A consideração desta componente indirecta de importações faz passar as importações de 10,9% do total dos consumos intermédios do sector agrícola + ramos fortemente ligados para 14,2%.

Verifica-se serem os ramos 03. Lacticínios, 24. Pasta para papel, 09. Conservas de frutos, 07. Carne e conservas de carne, 22. Cortiça, 13. Bebidas, 30. Resinosos e 11. Alimentos para animais aqueles para os quais a componente indirecta de importação tem maior significado. A consideração desta componente não só inverte, como no caso dos ramos 08. Lacticínios e 24. Pasta para papel, o peso da componente directa, como altera significativamente o peso das importações no total dos consumos intermédios. Introduce-se, assim, uma rectificação tanto mais interessante quanto nos permite avaliar, consoante o peso da componente indirecta em cada ramo, da ligação a montante com ramos importadores líquidos, e, por isso mesmo, transmitindo efeitos de importação aquando do envio de *inputs* intermédios.

Retomando os subconjuntos construídos, verificamos caber ao subconjunto formado pelos ramos 03. Pecuária + 07. Carne de conservas de carne + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais papel decisivo no total do valor importado pelo sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional: 45,73%. Para o valor directo importado total contribui com 36,02%, enquanto para o valor indirecto importado contribui com 77,56%.

O ramo 12. Outros produtos alimentares participa, por sua vez, com 38,40% para o total do valor importado, sendo que para o valor directo importado total contribui com 48,46% e para o valor indirecto importado total com 5,41% apenas. O peso do total do valor importado do ramo nos consumos intermédios totais do sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional é de 25,71%.

Podemos, portanto, concluir que, sendo este o subconjunto mais importante deste ponto de vista, criação de mercado para outros sectores, esta criação de mercado se faz, fundamentalmente, à custa da importação quer directa (36,02% do sector agrícola + ramos fortemente ligados), quer indirecta (77,56% do total do sector agrícola + ramos fortemente ligados); mais, de salientar precisamente a esmagadora contribuição deste subconjunto para o valor indirecto importado do agregado sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional.

### 3.3 O SECTOR AGRÍCOLA + RAMOS FORTEMENTE LIGADOS AO SECTOR AGRÍCOLA NACIONAL COMO FORNECEDORES DE PRODUTOS INTERMÉDIOS

No que respeita à participação deste agregado no fornecimento de produtos intermédios totais em relação ao total da economia ( $\Sigma$  60 ramos), como, aliás, seria de esperar, verifica-se não vir ela senão ligeiramente aumentada, de 18,44%, quando tomamos apenas o sector agrícola, para 27,51% (quadro n.º 17).

Dentro do agregado cabe ao ramo 12. Outros produtos alimentares e ao subconjunto formado pelos ramos 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais maior peso no que respeita às matérias-primas importadas e de origem nacional, para além dos já referidos subsectores 01. Agricultura e 03. Pecuária, na análise anterior refe-

**Importância do sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional como mercados compradores de produtos intermédios**

[QUADRO N.º 15]

Aquisição de produtos intermédios	01. Agricultura	09. Conservas de frutos	13. Bebidas	09. + 13.	12. Outros produtos alimentares	02. Silvicultura	22. Cortiça	24. Pasta para papel
	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)
De origem nacional .....	6,63	0,76	1,45	2,22	7,66	0,14	1,70	1,10
Importados.....	1,95	0,07	0,15	0,23	7,47	0,04	0,04	0,09
Total .....	5,65	0,62	1,18	1,80	7,62	0,12	1,35	0,88

[QUADRO N.º 15, continuação]

Aquisição de produtos intermédios	30. Resinosos	02. + 22. + + 24. + 30.	03. Pecuária	07. Carne e conservas de carne	08. Lactínios	11. Alimentos para animais	03. + 07. + + 08. + 11.	Total (sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional
	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)	Percentagem (1)
De origem nacional .....	0,51	3,45	3,64	7,38	0,94	1,51	13,47	33,42
Importados.....	0,05	0,22	1,65	1,48	0,06	2,37	5,56	15,42
Total .....	0,41	2,77	3,22	6,14	0,76	1,69	11,81	29,65

(1) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

**Percentagem directa ou indirectamente importada nos consumos intermédios do sector agrícola + ramos fortemente ligados  
ao sector agrícola nacional**

[QUADRO N.º 16]

	01. Agricultura			09. Conservas de frutos			13. Bebidas			09. + 13.		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Valor directo importado .....	78,46	7,24	12,65	56,87	2,49	0,47	70,08	2,73	1,00	65,21	2,65	1,47
Valor indirecto importado .....	21,54	1,99	11,38	43,13	1,89	1,18	29,92	1,17	1,40	34,79	1,41	2,58
Total do valor importado .....	100	9,23	12,35	100	4,38	0,64	100	3,90	1,09	100	4,06	1,73
Total dos consumos intermédios..		100	19,05		100	2,08		100	3,99		100	6,07

[QUADRO N.º 16, continuação]

	12. Outros produtos alimentares			02. Silvicultura			22. Cortiça			24. Pasta para papel		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Valor directo importado .....	96,70	20,55	48,46	64,09	6,55	0,24	69,38	0,67	0,28	47,13	2,04	0,56
Valor indirecto importado .....	3,30	0,70	5,41	35,91	3,67	0,45	30,62	0,30	0,41	52,87	2,29	2,05
Total do valor importado .....	100	21,25	38,40	100	10,22	0,29	100	0,97	0,31	100	4,33	0,91
Total dos consumos intermédios..		100	25,71		100	0,40		100	4,57		100	2,98

[QUADRO N.º 16, continuação]

	30. Resinosos			02. + 22. + 24. 30.			03. Pecuária			07. Carne e conservas de carne		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Valor directo importado .....	86,29	2,52	0,32	59,96	1,64	1,40	43,19	10,72	10,69	59,52	5,04	9,58
Valor indirecto importado .....	13,71	0,40	0,16	40,04	1,09	3,07	56,81	14,10	46,09	40,48	3,43	21,36
Total do valor importado .....	100	2,92	0,29	100	2,73	1,79	100	24,82	18,96	100	8,47	12,33
Total dos consumos intermédios..		100	1,39		100	9,34		100	10,87		100	20,71

[QUADRO N.º 16, continuação]

	08. Lacticínios			11. Alimentos para animais			03. + 07. + 08. + 11.			Total		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Valor directo importado .....	31,65	1,70	0,40	87,35	29,40	15,35	60,35	9,86	36,02	76,63	10,90	100
Valor indirecto importado .....	68,35	3,68	2,82	12,65	4,26	7,29	39,65	6,48	77,56	23,37	3,33	100
Total do valor importado .....	100	5,38	0,96	100	33,66	13,47	100	16,34	45,73	100	14,23	100
Total dos consumos intermédios..		100	2,55		100	5,69		100	39,83		100	100

(1) Percentagem em relação ao total do valor importado.

(2) Percentagem em relação ao total dos consumos intermédios.

(3) Percentagem em relação ao sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional.

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

rente ao sector agrícola. De facto, o ramo 12. Outros produtos alimentares é responsável em 12,89% dos produtos importados pelo agregado e ao subconjunto 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais cabe 12,41% desse total. Para a produção nacional de matérias-primas pelo agregado, o ramo 12. Outros produtos alimentares contribui com 16,06% e o subconjunto referido com 39,66%. Saliente-se ainda que, no ramo 12. Outros produtos alimentares, a percentagem, em relação ao total dos produtos para procura intermédia, de produtos importados é de 17,71%, enquanto, para o subconjunto 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais, essa percentagem é inferior, 7,74%.

**Importância do sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional como fornecedores de bens intermédios**

[QUADRO N.º 17]

Ramos fornecedores	Procura intermédia importada			Procura intermédia nacional			Procura intermédia total		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
01. Agricultura .....	68,92	39,14	19,14	28,75	60,86	7,89	37,25	100	10,25
09. Conservas de frutos	0,10	84,70	0,03	0,00	15,30	0,00	0,03	100	0,01
13. Bebidas .....	0,25	14,13	0,07	0,41	85,30	0,11	0,37	100	0,10
09. + 13. ....	0,35	18,56	0,10	0,41	81,44	0,11	0,40	100	0,11
12. Outros produtos alimentares .....	12,89	17,71	3,58	16,06	82,29	4,41	15,39	100	4,23
02. Silvicultura .....	3,78	9,88	1,05	9,26	90,12	2,54	8,10	100	2,23
22. Cortiça .....	0,01	0,06	0,00	4,10	99,94	1,13	3,23	100	0,89
24. Pasta para papel .....	1,62	22,99	0,45	1,45	77,01	0,40	1,49	100	0,41
30. Resinosos .....	0,02	1,45	0,00	0,30	98,55	0,08	0,24	100	0,07
02. + 22. + 24. + 30. ....	5,43	8,78	1,51	15,12	91,22	4,15	13,07	100	3,59
03. Pecuária .....	6,61	6,45	1,83	25,70	93,55	7,05	21,66	100	5,96
07. Carne e conservas de carne .....	4,62	20,97	1,28	4,67	79,03	1,28	4,66	100	1,28
08. Lacticínios .....	0,05	3,22	0,02	0,45	96,78	0,12	0,36	100	0,10
11. Alimentos para animais .....	1,13	3,31	0,31	8,84	96,69	2,43	7,21	100	1,98
03. + 07. + 08. + 11. ....	12,41	7,74	3,44	39,66	92,26	10,88	33,89	100	9,32
Total .....	100	21,15	27,77	100	78,85	27,44	100	100	27,51
Outros ramos .....		20,88	72,23		79,12	72,56		100	72,49
Total da economia .....		20,96	100		79,04	100		100	100

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional.

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura intermédia em cada um dos ramos.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]

Interessa justamente fazer a análise dos diferentes componentes do agregado deste ponto de vista, isto é, a estrutura de bens intermédios importados por ramos. Assim, vamos encontrar maior percentagem de *inputs* intermédios importados em relação ao total nos ramos: 09. Conservas de frutos, no qual 84,70% do total dos produtos para procura intermédia são de origem importada, 24. Pasta para papel e 13. Bebidas. De destacar, ainda, o subconjunto 09. Conservas de frutos + 13. Bebidas (18,56%), bem como o subsector 01. Agricultura (39,14%).

A inclusão no quadro de uma linha para outros ramos permite-nos avançar algumas conclusões: por um lado, a maior importância relativa da im-



portação por parte do agregado em estudo do que por parte dos outros ramos; por outro lado, e como sua consequência imediata, enquanto, para os outros ramos, a estrutura de produtos intermédios se define em 20,88% de origem importada e 79,12% de origem nacional, para o agregado em causa as percentagens são de 21,15% e 78,85% respectivamente, havendo, como vimos, ramos onde se regista quanto à importação peso substancialmente acrescido, relativamente à média do agregado: 09. Conservas de frutos, 01. Agricultura e 24. Pasta para papel.

#### 3.4 O SECTOR AGRÍCOLA + RAMOS FORTEMENTE LIGADOS AO SECTOR AGRÍCOLA NACIONAL NA SATISFAÇÃO DA PROCURA DE BENS FINAIS

A importância na procura final total da economia ( $\Sigma$  60 ramos), 20,34%, aponta, portanto, para uma participação significativa, dada a inclusão dos ramos fortemente ligados, ramos fundamentalmente produtores de bens destinados à procura final. Saliente-se, ainda, que a componente importações é, neste caso, inferior à necessária para suprir a procura de matérias-primas.

Observa-se que, para além do subsector 01. Agricultura, são o ramo 12. Outros produtos alimentares e os subconjuntos 09. Conservas de frutos + 13. Bebidas e 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais aqueles que maior importância têm em termos de procura final total (4,13%, 2,03% e 5,97%, respectivamente). Para a procura final importada total da economia cabe ao subconjunto 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios +

#### Importância do sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional na satisfação da procura de bens finais

[QUADRO N.º 18]

Ramos fornecedores	Procura final importada			Procura final nacional			Procura final total		
	Percentagens			Percentagens			Percentagens		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
01. Agricultura .....	30,19	2,26	1,63	31,35	97,74	6,83	31,32	100	6,37
09. Conservas de frutos .	4,97	3,84	0,27	2,99	96,16	0,65	3,03	100	0,62
13. Bebidas .....	8,54	2,89	0,46	6,89	97,11	1,50	6,93	100	1,41
09. + 13. ....	13,51	3,18	0,73	9,88	96,82	2,15	9,96	100	2,03
12. Outros produtos ali- mentares .....	6,58	0,76	0,36	20,63	99,24	4,49	20,30	100	4,13
02. Silvicultura .....	3,16	5,79	0,17	1,23	94,21	0,27	1,28	100	0,26
22. Cortiça .....	0,03	0,02	0,00	3,19	99,98	0,69	3,11	100	0,63
24. Pasta para papel ....	0	0	0	3,36	100	0,73	3,28	100	0,67
30. Resinosos .....	0,12	0,21	0,01	1,39	99,79	0,30	1,36	100	0,28
02. + 22. + 24. + 30. ....	3,30	0,86	0,18	9,17	99,14	2,00	9,04	100	1,84
03. Pecuária .....	2,62	0,79	0,14	7,86	99,21	1,71	7,74	100	0,16
07. Carne e conservas de carne .....	21,89	2,94	1,18	17,35	97,06	3,78	17,45	100	3,55
08. Lacticínios .....	18,32	10,83	0,99	3,62	89,17	0,79	3,96	100	0,81
11. Alimentos para ani- mais .....	3,60	38,32	0,19	0,14	61,68	0,03	0,22	100	0,04
03. + 07. + 08. + 11. ....	46,42	3,70	2,51	28,97	96,30	6,31	29,38	100	5,97
Total .....	100	2,34	5,41	100	97,66	21,78	100	100	20,34
Outros ramos .....	—	10,47	94,59	—	89,53	78,22	—	100	79,66
Total da economia .....	—	8,82	100	—	91,18	100	—	100	100

(1) Percentagem em relação ao sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional.

(2) Percentagem em relação ao total dos produtos para procura final em cada um dos subsectores.

(3) Percentagem em relação ao total da economia.

Fonte: *Sistema de Matrizes Multisectoriais [...]*

+ 11. Alimentos para animais maior contributo (2,51%), que lhe é conferido, fundamentalmente, pelo ramo 07. Carne e conservas de carne, que representa 1,18% do total importado.

Para a procura final importada do agregado destacam-se, portanto, para além do subsector 01. Agricultura, os subconjuntos 09. Conservas de frutos + + 13. Bebidas e 03. Pecuária + 07. Carne e conservas de carne + + 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais (com maior peso para o ramo 07. Carne e conservas de carne, com 21,89% do total importado pelo agregado).

Para a procura final nacional do sector agrícola + ramos fortemente ligados ao sector agrícola nacional, de destacar: 01. Agricultura, com 31,35%; 12. Outros produtos alimentares, com 20,63%, e 03. Pecuária + + 07. Carne e conservas de carne 08. Lacticínios + 11. Alimentos para animais, com 28,97%.

Finalmente, conviria ver a estrutura em termos de produtos importados e produtos de origem nacional para os principais componentes do agregado. Destacam-se, pelo peso, no total dos produtos importados os ramos 11. Alimentos para animais e 08. Lacticínios.

### 3.5 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA AGRÍCOLA E ALIMENTAR PORTUGUESA

Tendo presente que os *inputs* de origem industrial consumidos pelo sector agrícola representavam, em 1970, apenas 18% do VBP, e delimitadas as indústrias fortemente ligadas ao sector agrícola nacional, carreamos agora os indicadores necessários para avaliar do estágio em que se encontra a economia agrícola e alimentar portuguesa.

Um primeiro indicador, que permite avaliar a importância da agricultura relativamente às indústrias agrícolas e alimentares, fornece-nos o peso do valor acrescentado bruto (VAB) da agricultura no valor acrescentado bruto agrícola e alimentar total (VAB da agricultura + VAB das indústrias agrícolas e alimentares, que, para o efeito, assimilamos às indústrias fortemente ligadas ao sector agrícola nacional). Este indicador dá-nos de forma suficientemente expressiva, uma vez que o VAB se transmite na globalidade ao consumo final <sup>61</sup>, a participação do sector agrícola para o consumo final agrícola alimentar. Para 1970, o VAB da agricultura/VAB agrícola e alimentar total era igual a 0,75, o que equivale a dizer que, para o consumo final de bens agrícolas e alimentares, o sector agrícola participava com cerca de 75%. Este valor, como sugere Malassis <sup>62</sup>, colocaria a economia agrícola e alimentar portuguesa na fase de economia agrícola. Para o VAB agrícola e alimentar total, as indústrias agrícolas e alimentares concorriam com apenas 25%. Para França, em 1970, a repartição do VAB agrícola e alimentar total era a seguinte: VAB da agricultura, 55,5%, e VAB das indústrias agrícolas e alimentares (IAA), 44,5% <sup>63</sup>.

Outro indicador ainda que resulta imediatamente do anterior vem dado por  $\frac{\text{VAB IAA}}{\text{VAB A}}$ . Em 1970 assumia o valor de 0,33, isto é, o valor acrescentado bruto das indústrias agrícolas e alimentares representava 33% do VAB

<sup>61</sup> Devendo representar, segundo os nossos cálculos, cerca de 90% do consumo final.

<sup>62</sup> L. Malassis, «Analyse du complexe agro-alimentaire d'après la comptabilité nationale», in *Cahiers de L'ISEA*, n.º 11-12, Novembro-Dezembro de 1973.

<sup>63</sup> Id., *ibid.*, p. 2038.

da agricultura. Ainda aqui é possível ensaiar <sup>64</sup> uma comparação com a situação das economias agrícolas e alimentares de Espanha e França (quadro n.º 19). Quando o coeficiente estrutural do complexo agro-alimentar VAB

[QUADRO N.º 19]

Paises	$\frac{VAB\ IAA}{VAB\ A}$ (1970)
Portugal (0) .....	0,3
Espanha (1) .....	0,8
França (2) .....	0,8

(0) *Sistema de Matrizes Multisectoriais para o Continente Português*, vol. V, *Sistema de Matrizes (60 x 60)*, 1970, GEBEL.

(1) Rafael Juan i Fenollar, *La Formación de la Agroindustria in España 1960-1970*, Servicio de Publicaciones Agrarias, 1978, p. 42.

(2) Louis Malassis, *Économie Agro-Alimentaire*, vol. I, *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris, Cujas, 1973, p. 199.

IAA/VAB A é igual à unidade, igualando-se, portanto, os valores acrescentados da agricultura e das indústrias agrícolas e alimentares, atingiu-se o estágio da agro-indústria <sup>65</sup>.

A França e a Espanha encontram-se, assim, numa situação muito próxima de uma economia agro-industrial, enquanto Portugal se encontra, em 1970, numa fase incipiente do percurso para a agro-indústria, tomada esta como um certo estágio do desenvolvimento da economia agro-alimentar, característica dos países mais desenvolvidos.

A análise da proporção que no consumo alimentar total ocupam os produtos agrícolas brutos e os produtos agrícolas transformados <sup>66</sup>, outro dos critérios para avaliar do estágio da economia alimentar num dado país, aponta, no entanto, para uma situação em que já é nítido o predomínio dos bens transformados. De facto, 55% do consumo alimentar total provinha, em 1970, das indústrias alimentares.

Finalmente, resta-nos referir que a evolução de alguns dos indicadores atrás calculados (quadro n.º 20) é de molde a sugerir a existência de «sintomas agro-industriais» e, portanto, justificativa de uma análise que contemple uma abordagem do ponto de vista do complexo agro-alimentar industrial, ainda que, como no caso português, este se encontrasse, em 1970, numa fase embrionária.

[QUADRO N.º 20]

Anos	$\frac{VAB\ A}{VAB\ total}$	$\frac{VAB\ IAA}{VAB\ total}$	$\frac{VAB\ IAA}{VAB\ A}$
1964 (a) .....	0,87	0,13	0,15
1970 .....	0,75	0,25	0,33
1978 .....	0,63	0,37	0,58

(a) O sistema de preços é o de preços no utilizador.

Fontes: *Matrizes para a Economia Portuguesa*, 1964 e 1970, GEBEL. *Matriz para a Economia Portuguesa*, 1978, INE.

<sup>64</sup> As comparações neste domínio devem ser encaradas com cautela, uma vez que os critérios de definição das indústrias agrícolas e alimentares, bem como a metodologia em que assenta a construção dos quadros *input-output*, divergem de país para país.

<sup>65</sup> L. Malassis, *Économie Agro-Alimentaire*, vol I: *Économie de la Consommation et de la Production Agro-Alimentaire*, Paris, Cujas, 1973.

<sup>66</sup> Através das *Matrizes para a Economia Portuguesa* de 1970. Consideramos para este efeito o sector agrícola como o agregado 01. Agricultura + 03. Pecuária e as indústrias alimentares como o agregado 07. Carne e conservas de carne + 08. Lacticínios + 09. Conservas de frutos + 12. Outros produtos alimentares + 13. Bebidas. Os dados foram recolhidos na matriz da produção nacional, 1970.

#### 4. CONCLUSÃO

Esta tentativa de quantificação do grau de implicação mercantil do sector agrícola aponta para uma inserção relativamente fraca no mercado a montante<sup>67</sup> e, paralelamente, para um relacionamento a jusante mais significativo com as indústrias fortemente ligadas ao sector agrícola nacional. De salientar, dentro do sector, o subsector pecuário, para o qual se pode falar, já em 1970, de maiores «sintomas de agro-industrialização».

As transformações de 1970 para cá apontam nitidamente para um reforço da inserção a montante particularmente importante para o subsector pecuário — o ramo correspondente na matriz de 1978 ao ramo alimentos para animais na matriz de 1970 passa de 22,4% para 47,8% do total dos *inputs* intermédios do sector agrícola<sup>68</sup>.

Aos limites do material estatístico trabalhado, questão que nos preocupamos em ter sempre presente ao longo do texto, devemos acrescentar uma dimensão crítica aos indicadores. Com efeito, tendo todos os cálculos por base fluxos monetários, a primeira questão que se nos depara tem justamente a ver com os preços; por um lado, a marcha dos preços agrícolas não é a mesma que a dos preços não agrícolas; por outro, a tradução monetária de fluxos provenientes de uma esfera económica como a agrícola, onde dominam formas de produção que assentam no trabalho familiar, é, no mínimo, problemática. Uma das características da exploração agrícola familiar é precisamente ser uma unidade de produção e consumo. Esta característica abre-lhe a possibilidade de produção, simultaneamente ou em alternativa, de valor de uso e de valor de troca. Ora é a esfera de produção de valores de uso que não só escapa ao cômputo estatístico, virado para dar conta do sector mercantilizado dominante, como, porque obedecendo a uma lógica específica de funcionamento económico, remete para a inadequação de algumas das categorias da análise económica.

Nesse sentido, os indicadores construídos devem ser encarados como instrumentos de trabalho susceptíveis de formular a problemática da mercantilização do sector agrícola, contemplando a especificidade do mesmo enquanto sector de actividade económica e, simultaneamente, aquilo que é peculiar ao caso português. Foi nesta perspectiva, aliás, que procedemos à abordagem do complexo agro-industrial.

Feitas estas reflexões, voltemos ao que nos parece ser uma das principais conclusões a reter no trabalho: o desfasamento entre a inserção a jusante e a inserção a montante, por parte da agricultura portuguesa. Paralelamente, verificamos a existência de «sintomas agro-industriais». Para além da caracterização que procuramos fazer da economia agrícola e alimentar portuguesa, importa, a concluir, ter presente o que poderíamos designar pela economia política do complexo agro-alimentar industrial.

---

<sup>67</sup> Cabe, no entanto, lembrar que, porque não dispúnhamos da matriz das amortizações, não contemplámos na análise os bens de capital.

<sup>68</sup> O sector agrícola é aqui constituído, por razões de comparabilidade entre as matrizes de 1970 e 1978, pelos ramos agricultura e pecuária; não inclui, portanto, a silvicultura (INE, *Matriz das Relações Interindustriais para 1978*).

De facto, as formas de agricultura colonial<sup>69</sup>, bem como as praticadas nas Ilhas, não foram contempladas na análise, que se confinou à agricultura no continente. Ora só a sua consideração ou, mais exactamente, as modalidades de articulação com a agricultura no continente permitirão apreender a configuração específica desta e o respectivo tipo de economia agrícola e alimentar.

Para além de concretizar idêntica análise com base no material fornecido pelo *Sistema de Matrizes* para 1974 e 1978, no sentido de captar linhas de evolução, resta-nos, para sair da mera análise global e confrontar-nos com as diferentes situações da agricultura, enveredar por estudos sectoriais, isto é, operacionalizar pela via da análise de cadeias agrícolas e alimentares a metodologia que, aplicada aos quadros *input-output* portugueses, tem limites muito estreitos.

---

<sup>69</sup> Por exemplo, açúcar, café, cacau, etc.